

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 20 | Número 1 | Janeiro – Junho 2026

ISSN 1981-5875

ISSN (online) 2316-9699

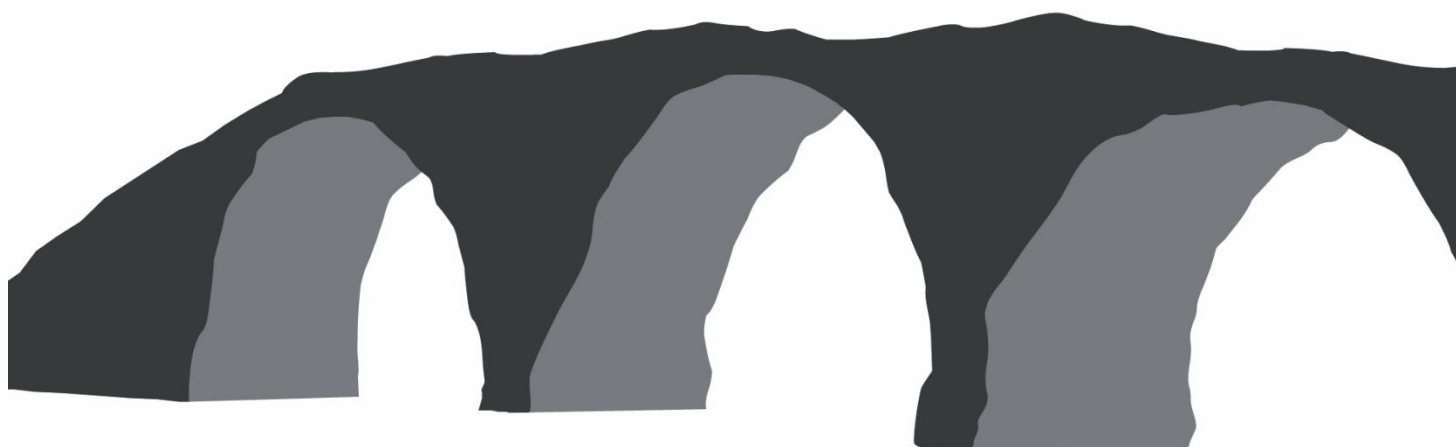
**UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA NO MORRO CARA DE CÃO: AS
GENTES E A PAISAGEM NA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

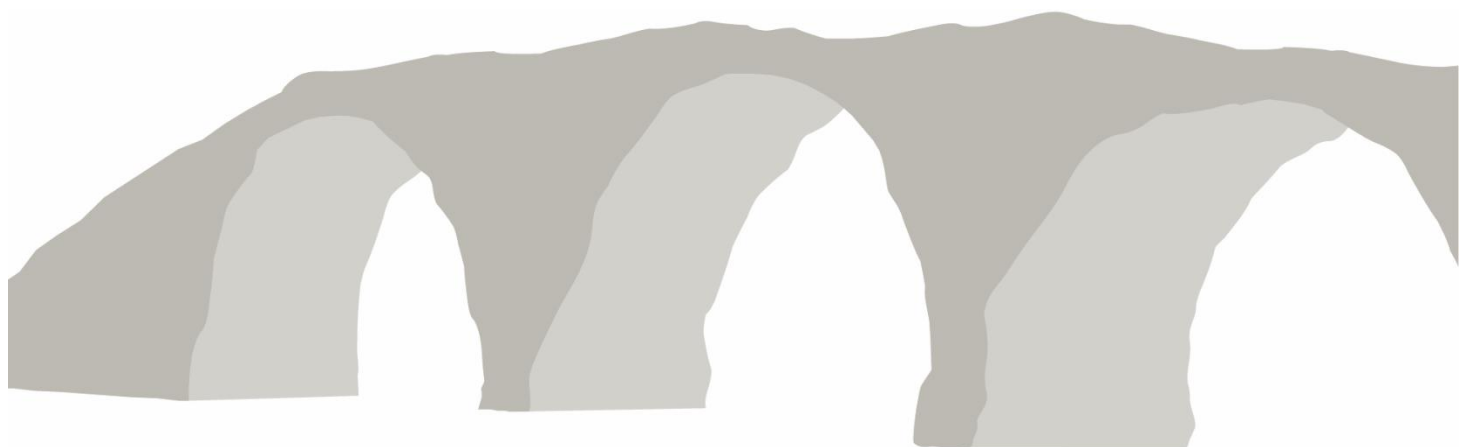
**UNA APROXIMACIÓN ARQUEOLÓGICA AL MORRO CARA DE CÃO: LA
GENTE Y EL PAISAJE EN LA FUNDACIÓN DE LA CIUDAD DE RÍO DE
JANEIRO**

**AN ARCHAEOLOGICAL APPROACH TO CARA DE CÃO HILL: PEOPLE AND
LANDSCAPE IN THE FOUNDATION OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO**

Ane Elisabeth Modesti Simões

Andrea Lessa





Submetido em 12/06/2025.

Revisado em: 24/10/2025.

Aceito em: 18/11/2025.

Publicado em 29/01/2026.

UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA NO MORRO CARA DE CÃO: AS GENTES E A PAISAGEM NA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

UNA APROXIMACIÓN ARQUEOLÓGICA AL MORRO CARA DE CÃO: LA GENTE Y EL PAISAJE EN LA FUNDACIÓN DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

AN ARCHAEOLOGICAL APPROACH TO CARA DE CÃO HILL: PEOPLE AND LANDSCAPE IN THE FOUNDATION OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Ane Elisabeth Modesti Simões¹

Andrea Lessa²

RESUMO

Até recentemente, a localização exata da fundação da Cidade do Rio de Janeiro permaneceu cercada de incertezas, haja vista a escassez de documentos primários do século XVI e a lacuna representada pelos dados arqueológicos. Nesse sentido, o principal questionamento diz respeito à expansão da Cidade Velha a partir da várzea para o Morro Cara de Cão. Buscando compreender melhor esse breve e violento processo de ocupação, foram realizadas sondagens no alto do morro, onde foram encontradas evidências significativas da presença de grupos nativos que teriam ocupado a área tanto em período pré-colonial quanto nos primeiros momentos da colonização. Assim, esta pesquisa inédita procurou entender a breve ocupação dessa paisagem e as possíveis escolhas desses grupos.

Palavras-chave: Arqueologia histórica, Arqueologia da paisagem, Morro Cara de Cão, Rio de Janeiro.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: amodestisimoess@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5914>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lessa.mn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2932-8934>.

RESUMEN

Hasta hace poco, la localización exacta de la fundación de la Ciudad de Río de Janeiro permanecía rodeada de incertidumbre, dada la escasez de documentos primarios del siglo XVI y el vacío que representan los datos arqueológicos. En este sentido, la cuestión principal se refiere a la expansión de la Ciudad Vieja desde la llanura aluvial hasta el Morro Cara de Cão. Con el fin de comprender mejor este breve y violento proceso de ocupación, se llevaron a cabo prospecciones en la cima del morro, donde se encontraron evidencias significativas de la presencia de grupos nativos que habrían ocupado la zona tanto en el periodo precolonial como en los primeros momentos de la colonización. De este modo, esta investigación inédita buscó comprender la breve ocupación de este paisaje y las posibles elecciones de estos grupos.

Palabras clave: Arqueología histórica, Arqueología del paisaje, Morro Cara de Cão, Río de Janeiro.

ABSTRACT

Until recently, the exact location of the founding of the City of Rio de Janeiro remained uncertain, given the scarcity of primary documents from the 16th century and the gap represented by archaeological data. In this sense, the main question concerns the expansion of the Old City from the floodplain to the Cara de Cão hill. To better understand this brief and violent process of occupation, surveys were carried out at the top of the hill, where significant evidence was found of the presence of native groups that may have occupied the area during the pre-colonial period and in the earliest moments of colonization. This unprecedented research thus sought to understand the brief occupation of this landscape and the possible choices made by these groups.

Keywords: Historical archaeology, Landscape archaeology, Cara de Cão hill, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Tanto a historiografia quanto a arqueologia brasileira vêm falhando em produzir dados que ajudem a elucidar aspectos básicos sobre a primeira ocupação colonial da cidade do Rio de Janeiro, então um pequeno povoado localizado na várzea que se estendia aos pés do Morro Cara de Cão e era circundada pela Baía de Guanabara. Embora sejam antigas as perguntas relacionadas a esse processo de ocupação inicial e à consequente interação entre colonizadores e ameríndios, muitas respostas permanecem ausentes.

As muitas lacunas observadas para este emblemático período podem ser explicadas em virtude de distintos fatores. Trata-se de uma ocupação muito antiga, que remonta ao século XVI, e bastante breve, haja vista que durou apenas dois anos, entre 1565 e 1567, quando o povoado é transferido para o Morro do Castelo. Soma-se a essas circunstâncias a utilização de materiais efêmeros na maioria das edificações, e a escassez de documentos oficiais e relatos de cronistas coevos.

Apesar dessas limitações, um fator positivo pode ser elencado. A área em questão, onde está localizada a Fortaleza de São João, pertenceu ao Exército Português e posteriormente ao Brasileiro desde o final do século XVI, o que restringe o acesso do público e evita a destruição causada pela especulação imobiliária. Por este motivo, ainda hoje alguns aspectos dessa história estão preservados na encosta e no alto do Morro Cara de Cão, os quais se encontram cobertos em grande parte por vegetação nativa. A área da várzea, ao contrário, apresenta potencial arqueológico restrito em virtude dos importantes impactos antropogênicos.

Neste contexto, uma das principais questões levantadas pela historiografia, sem resposta até o momento, é justamente se a primeira ocupação da cidade teria se expandido da várzea para o morro. Essa questão, que motivou o desenvolvimento dessa pesquisa, surge em virtude das incertezas históricas sobre a localização da Cidade Velha.

Assim, em 2019 foram realizadas as primeiras prospecções no Morro Cara de Cão, buscando-se por indícios que justificassem a hipótese de expansão da Cidade Velha, e que pudessem alavancar as discussões, mediante a realização de uma pesquisa que conjugasse os métodos e técnicas arqueológicas e históricas (Simões, 2020). Durante o levantamento de campo foram identificadas bicas no meio da mata, além de ruínas de estruturas com diferentes dimensões e configurações, tanto no topo do morro quanto nas suas encostas, destacando-se uma pequena fonte de água protegida com pedras na encosta sudeste. As características construtivas indicam que são elementos bastante antigos, eventualmente do século XVI, mas não existem documentos que comprovem a sua cronologia.

Diante dessas evidências materiais, desconhecidas até então pela arqueologia da cidade do Rio de Janeiro, julgou-se pertinente e justificada a realização de sondagens no alto do Morro Cara de Cão, com o objetivo de verificar se a ocupação do primeiro núcleo urbano do Rio de Janeiro foi mais extensa do que tem sido admitido na historiografia brasileira. A partir dos artefatos cerâmicos, cultura material mais abundante, propõe-se discutir quem teria ocupado essa área e por quê.

PROBLEMÁTICA

Quando o primeiro núcleo urbano é transferido da várzea para o Morro do Castelo, a história da Cidade Velha some da historiografia brasileira. Pesquisando cronistas quinhentistas como Gândavo (2004), Cardim (2009), Frei Vicente do Salvador (2008) e Gabriel Soares de Souza (1938), observa-se que poucas notas foram

escritas sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Somam-se às omissões os relatos contraditórios, como por exemplo o de Gândavo (2004), que afirma ter sido Mem de Sá o seu fundador.

Tampouco existem relatos sobre como se deu a transferência do assentamento da várzea para o Morro do Castelo: se todos os habitantes se deslocaram ao mesmo tempo ou se alguns ainda permaneceram residindo na Cidade Velha, seja na várzea ou no Morro Cara de Cão. De concreto existe apenas uma informação sobre a data desta transferência, 16 de agosto de 1567 (Anais da Biblioteca Nacional, Vol.82, 1962, p. XVII). Da mesma forma não há informações sobre o destino final dos restos mortais das pessoas que morreram nas batalhas ou devido às más condições gerais de vida; sabe-se apenas que os restos de Estácio de Sá permaneceram na várzea até 1583, quando então foram trasladados para a nova igreja no alto do Morro do Castelo. A localização daquela que seria a primeira capela do Rio de Janeiro consagrada a São Sebastião, pertencente à Confraria do mesmo santo, e construída logo na chegada do grupo à área (Anchieta³, 1988), também é desconhecida.

Devido à escassez de documentos primários, no início do séc. XX ainda existiam dúvidas sobre onde realmente a cidade fora fundada, motivo pelo qual, durante o I Congresso de História Nacional no Rio de Janeiro em 1913, ocorreram debates entre pesquisadores e associados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Diante da impossibilidade de uma conclusão bem fundamentada sobre onde o grupo de Estácio de Sá teria inicialmente se instalado e fundado a cidade do Rio de Janeiro, a questão foi definida através de uma votação, quando os acadêmicos decidiram indicar a várzea entre o Morro Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão como o local correto.

Foi então colocado na Praia de Fora um marco comemorativo, que se encontra no local até hoje. O único voto contrário foi o de Afonso Morales de Los Rios, conforme comentado por Macedo (1967, p. 60): “Nomeada uma comissão para designar o sítio exato, apenas uma voz discrepou, a do ilustre sr. Morales de Los Rios; aceitava o morro, não a várzea, como berço da cidade.” A decisão foi registrada através da Ata de Inauguração do marco comemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro, editada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em vinte de janeiro de 1915.

Ao que tudo indica, as informações díspares a respeito do local da fundação da cidade remontam aos primeiros mapas da área. A questão girava então em torno da geomorfologia da região, haja vista que existem indicações de que o Morro Cara de Cão era uma ilha (e.g. Canin, 1624) (Figura 1). Segundo o Bispo Pedro Leitão, “havia fundado a cidade numa ilha, a Ilha da Carioca”.

O geógrafo Everardo Backheuser (1918), concordando com a visão de Morales de Los Rios de que a cidade tinha sido fundada no alto do Morro Cara de Cão, comenta que a região da várzea entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão, no século XVI, provavelmente alternasse entre períodos secos e encobertos pelo mar:

Dr. Morales de Los Rios prefere imaginar a Cidade Velha no próprio morro de S. João, isto é, na ilha de então a verdadeira e única possível a ilha da Carioca do Bispo Leitão. Não é crível que os portugueses que deviam estar sempre alertas para a defesa, se fosse encafiar no brejal que seria a Várzea ao em vez de procurar uma altura para perscrutar os horizontes (Backheuser, 1918, p. 78) [sic].

³ O padre José de Anchieta foi testemunha e autor do único registro escrito, e até agora conhecido, sobre os momentos iniciais da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

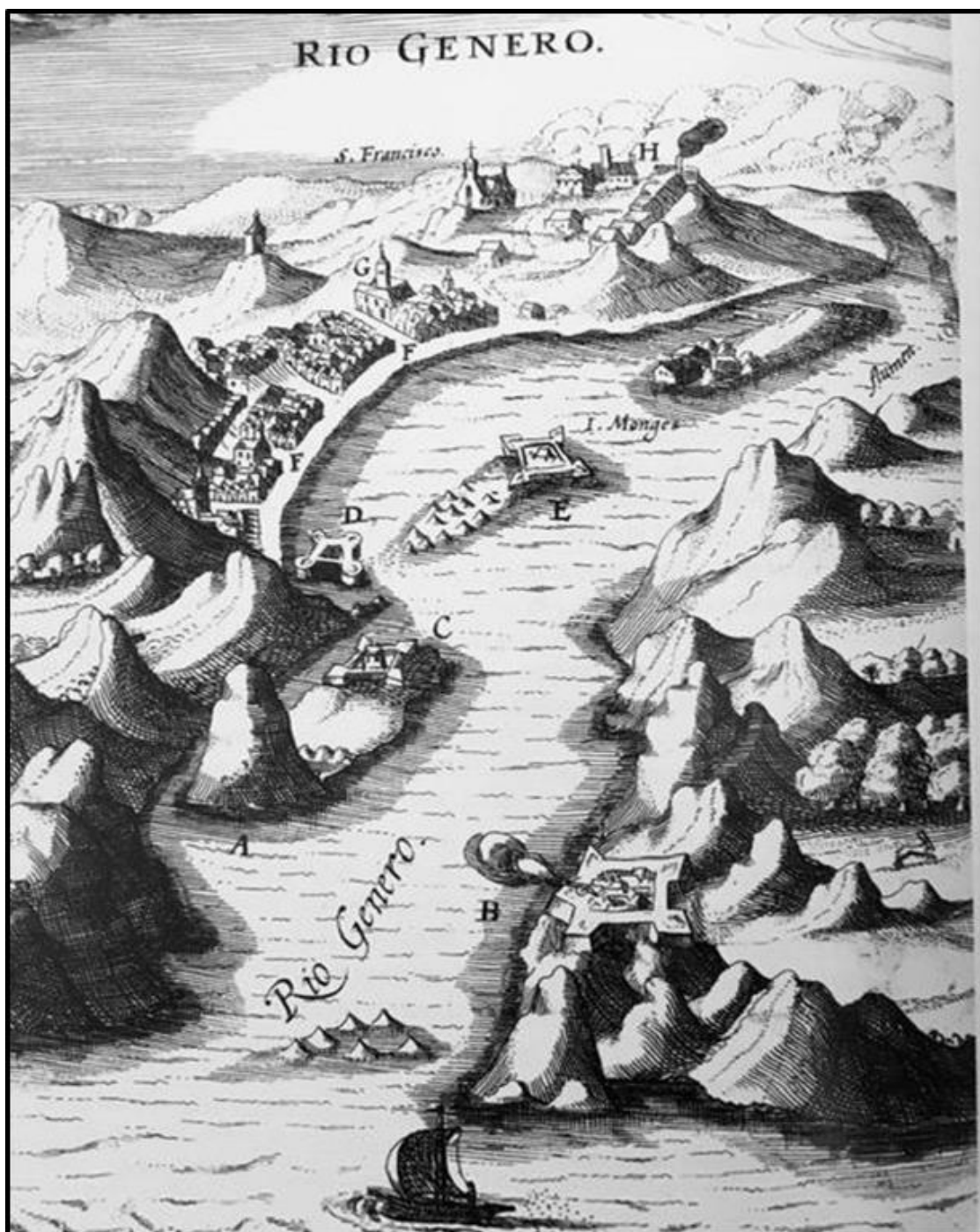


Figura 1. Vista da baía de Guanabara, de acordo com Ian Canin. Fonte: Livro de viagem pelo rico Brasil, Rio de la Plata e Magallanes (Canin, 1624).

Esta antiga questão, no entanto, encontra-se atualmente superada, haja vista que, de acordo com Suguio *et al.* (1985) e Castro *et al.* (2014), os referidos morros só poderiam ter sido ilhas entre 5500 e 4500 anos A.P., quando o nível relativo do mar atingiu uma altura máxima de 2,5m acima do atual, caracterizando o pico máximo da Transgressão Holocênica no sudeste do Brasil.

É fato que a documentação cartográfica e mesmo textual levantada pelos historiadores do início do século XX não deixa dúvidas de que a Cidade Velha estava localizada na região entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara

de Cão. A dúvida que persiste é se a povoação teria ocupado apenas a várzea, como votado pelos historiadores do início do século XX, ou se os pioneiros teriam ocupado também a encosta e mesmo o topo do morro. Segundo De Los Rios Filho (2000, p. 48), a existência de uma lagoa na várzea entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão, a qual foi efetivamente aterrada apenas nos primeiros anos do século XIX, seria um forte argumento a favor do Prof. Morales de Los Rios (seu pai), que entendia que a cidade se situava na encosta do Morro Cara de Cão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando-se essa problemática central, foram adotados conceitos da Arqueologia da Paisagem, buscando-se discutir a conexão entre o meio culturalmente apreendido e modificado, e os vestígios da cultura material produzida e manipulada pelos grupos sociais que participaram do evento.

Ainda que a ocupação da chamada Cidade Velha tenha durado pouco mais de dois anos, é correto supor que houve uma expressiva interação entre os atores sociais e o meio, representada pelas suas escolhas, estratégias, posicionamento, movimentação e transformação da paisagem. Esta ideia encontra respaldo no relato do jesuíta Jose de Anchieta (1988), segundo o qual ocorreram desmatamentos e até o esvaziamento de uma lagoa localizada na várzea (prática que se tornaria comum no período colonial), uma vez que a água era salobra.

Assim, mostrou-se adequado conduzir as discussões sobre a formação de um núcleo habitacional primitivo, certamente repleto de desafios e adversidades sociais e ambientais, a partir do entendimento, tal como discutido por Boado (1999), de que o estudo da espacialidade humana em arqueologia tem como finalidade uma interpretação mais holística do registro material. Sob esta perspectiva, assume-se que a paisagem, configurada a partir das relações entre as sociedades e o meio, não é um pano de fundo para os eventos históricos, mas sim lugar de experiência humana.

Saldanha (2005) complementa este entendimento:

Com o advento da arqueologia pós-processual floresceram diversas perspectivas no estudo da paisagem. Por detrás destas novas perspectivas estava a percepção que a paisagem não era constituída por um mero cenário onde se desenvolviam as relações humanas, mas que ela era sim constituída por significados e pelas ações sociais dos indivíduos que nela habitam. Assim, o espaço é um meio para a prática, sendo socialmente produzido. Desta forma, diferentes sociedades, grupos e indivíduos atuam suas vidas em diferentes espaços (Saldanha, 2005, p. 30).

AS PROSPECÇÕES NO MORRO CARA DE CÃO E AS EVIDÊNCIAS MATERIAIS ENCONTRADAS

Para se atingir os objetivos de pesquisa propostos, foram realizadas prospecções de acordo com manuais de referência (e.g. Bicho, 2012; Barker, 2013), as quais compreenderam as etapas de levantamento de campo (monitoramento aéreo com drone e caminhamento extensivo) e de intervenções no subsolo (estabelecimento de linhas “transects”, na direção N/S, paralelas entre si e a uma distância de 20m; realização de tradagens com intervalo de 40 metros; abertura de sondagens de 50 x 50 cm com níveis artificiais de 20 cm, chegando a 80 cm, nos pontos de tradagem com maior ocorrência de material arqueológico) (Figura 2).

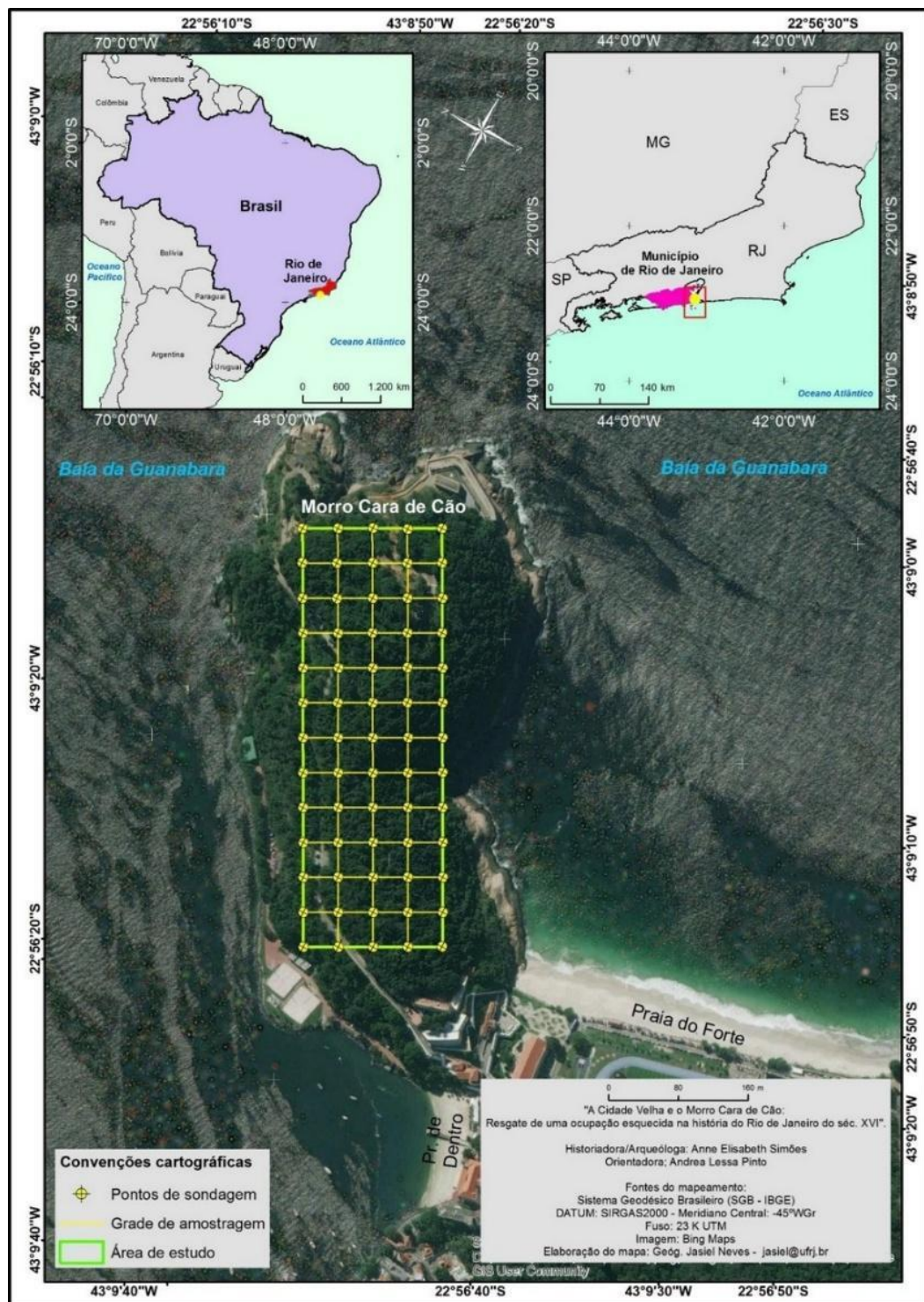


Figura 2. Planejamento da malha de tradagens sobre o Morro Cara de Cão. Fonte: elaboração Geógrafo Jasiel Neves.

Durante a etapa de levantamento de campo foram localizadas algumas estruturas cujas características construtivas permitem situá-las no século XVI, sendo, portanto, muito interessantes para a discussão aqui

proposta. Trata-se de três fontes de suprimento de água potável, elemento indispensável para o estabelecimento de um núcleo de povoamento.

Tamanha era a importância de se localizar água potável, que Anchieta (1988) registra esse fato como sendo uma das principais preocupações no assentamento pioneiro de colonização do Rio de Janeiro, e de todas as pessoas que circulavam no Morro Cara de Cão no século XVI:

...e porque naquele lugar não havia mais que uma légua de ruim agua, e esta era pouca, o dia que entramos choveu tanto que se encheu, e rebentaram fontes em algumas partes, que bebeu todo o exercito em abundancia, e durou até que se chão agua boa n'um poço, que logo se fez; e como esta esteve em termos de se poder beber, secou-se de todo a lagoa, e além disto se acho uma fontezinha n'um penedo d'agua muito boa, com que todos se alegraram muito (Anchieta, 1988, p. 259).

Durante as prospecções realizadas no Morro Cara de Cão foi localizado, junto à muralha da Fortaleza de São João, na encosta Leste, um poço protegido por uma pequena parede de alvenaria (Figura 3), cuja presença é registrada em mapa do século XVIII. Interessante ressaltar que ainda hoje verte água deste poço, o qual é atualmente protegido por uma parede decorada com pedras de cantaria. Em virtude das suas características construtivas, coloca-se aqui a hipótese de que este seja o poço comentado por Anchieta (1988), e também por Vasconcelos (1977, p.118): “este poço foi construído por José Adorno Genovez, nobre morador de São Vicente e Pedro Martins Namorado que com sua gente fizeram um poço ou cacimba donde beberam água doce”. Este teria sido, portanto, um dos suprimentos de água potável utilizados durante a fundação da cidade.

Outro local de abastecimento seria a Fonte da Tororomba (Figura 4), palavra Tupi que, segundo Freire (2015, p.32), significa “água que bate na pedra fazendo barulho”, (re)encontrada pela equipe de arqueologia após a abertura da trilha que segue da Fortaleza de São João até a metade do morro. Esta fonte, a qual se encontra atualmente com acesso muito difícil devido a antigos deslizamentos de terra, e que se acreditava estar soterrada, fica na encosta Leste do morro, voltada para o mar aberto. Tem o seu acesso possibilitado por uma escada esculpida na pedra no final da trilha.

Existem diversos buracos na rocha por onde escorria a água e, ao lado daquele que se encontra ao rés do chão, foi construída uma cacimba em pedra de cantaria e argamassa com barro, provavelmente para se armazenar a água, e onde deveria haver uma porta de ferro. Mais uma vez é possível que uma das estruturas encontradas nesta pesquisa corresponda a um relato da época: “e além disto se acho uma fontezinha n'um penedo d'agua muito boa, com que todos se alegraram muito” (Anchieta, 1988, p. 259).

A terceira fonte (Figura 5), até então desconhecida pela historiografia e pelos militares, foi localizada pela equipe de arqueologia na encosta leste do Morro Cara de Cão. Trata-se de uma estrutura bastante simples composta por pedras soltas e encontra-se atualmente seca.

Ressalta-se que não existem informações documentais sobre a data de construção e a utilização dessas estruturas, mesmo estando localizadas em uma área ocupada pelo Exército Português e posteriormente Brasileiro desde 1618, o que reforça a sua antiguidade. Se de fato abasteceram de água potável a Cidade Velha, seu descobrimento e utilização pelos pioneiros indica que o morro estava sendo frequentemente percorrido e explorado, o que por sua vez reforça a hipótese de que tenha sido habitado.



Figura 3. Poço da Fortaleza de São João, possivelmente do século XVI, Morro Cara de Cão. Fonte: acervo próprio.

Após a frutífera etapa de levantamento de campo, foi iniciada a etapa de intervenção no subsolo em toda a área plana e até onde a topografia do morro permitiu. Para uma melhor análise e interpretação espacial, o sítio foi dividido em duas áreas, denominadas A e B, de acordo com a frequência e diversidade da cultura material encontrada. Para os propósitos desta pesquisa, que objetiva discutir a ocupação inicial da cidade, o material diagnóstico mais representativo, e, portanto, de maior interesse, é constituído por fragmentos de cerâmica.

Este material estava concentrado em três pontos da área A, especialmente no local atualmente denominado Clareira do Bivaque, onde foi coletado 64,9% de todo o material cerâmico encontrado no Morro

Cara de Cão. Esta clareira ocupa uma posição central em uma das partes mais altas do morro (altitude de 87m), e fornece uma visão privilegiada da entrada da Baía de Guanabara, da enseada de Botafogo e da várzea, onde se instalou a Cidade Velha.



Figura 4. Fonte da Tororomba, Morro Cara de Cão. São observados alguns buracos na rocha, um dos quais apresenta uma estrutura em cantaria e alvenaria. Fonte: acervo próprio.



Figura 5. Fonte atualmente seca localizada na encosta leste do Morro Cara de Cão. Fonte: acervo próprio

A cerâmica encontrada na área A apresenta características da Tradição Tupiguarani (Figura 6), como a adição de quartzo na argila como tempero, utilizado para neutralizar o encolhimento e facilitar a secagem uniforme da peça (Beltrão & Neme, 1993); a técnica de manufatura acordelada em 99% das peças; queima majoritariamente redutora (85%); tratamento de superfície majoritariamente alisado (84%), seguido do polido (10%); decoração plástica majoritariamente ausente, com presença de pequenos percentuais de decoração escovada, beliscada, corrugada e incisa; e presença de pintura vermelha (14,3%) e banho vermelho (8,9%).



Figura 6. Fragmentos cerâmicos de borda reforçada com banda vermelha pintada internamente, Morro Cara de Cão. Fonte: Acervo próprio.

Um pequeno percentual da cerâmica encontrada apresenta apropriação de elementos europeus, representados por cinco pequenos fragmentos na forma de apêndices (asa e alças) (Figura 7). É interessante notar que esses elementos se encontram nos mesmos níveis que a cerâmica com características Tupiguarani, o que denota um registro arqueológico decorrente da interação entre diferentes grupos culturais nessas primeiras décadas pós-contato.

A presença de contexto associado a essas primeiras interações culturais pode ser claramente observada na representação do perfil sul da sondagem ST02 – linhas 8/9 (Figura 8), realizada na Clareira do Bivaque. Até a profundidade de 60 cm, além do material cerâmico com características de grupos Tupiguarani e com elementos

européus, havia também valvas de diferentes espécies malacológicas (restos alimentares), carvão, artefato lítico (fragmentado, em diabásio e com polimento em uma das faces), artefatos de ferro (faca, cravo, torquês) e fragmentos de telha colonial com marcas de dedos (diferentes de todas as demais encontradas na área B, associadas a período mais recente).



Figura 7. Apêndice cerâmico (alça) atribuído à influência europeia, Morro Cara de Cão. Fonte: arquivo próprio.

Sobre os fragmentos de telha colonial com marcas de dedos (Figura 9), é importante ressaltar que Costa (2005) encontrou material semelhante durante a escavação da antiga Sé de Salvador, construída em 1552 por Mem de Sá. Segundo o autor, as características que identificam telhas produzidas artesanalmente nos primeiros momentos da colônia são partículas de quartzo na pasta grossa, superfície porosa e marcas do oleiro - no caso indígenas - feitas com dedos. É possível, portanto, situar cronologicamente os fragmentos de telha encontrados no Morro Cara de Cão em meados do século XVI.

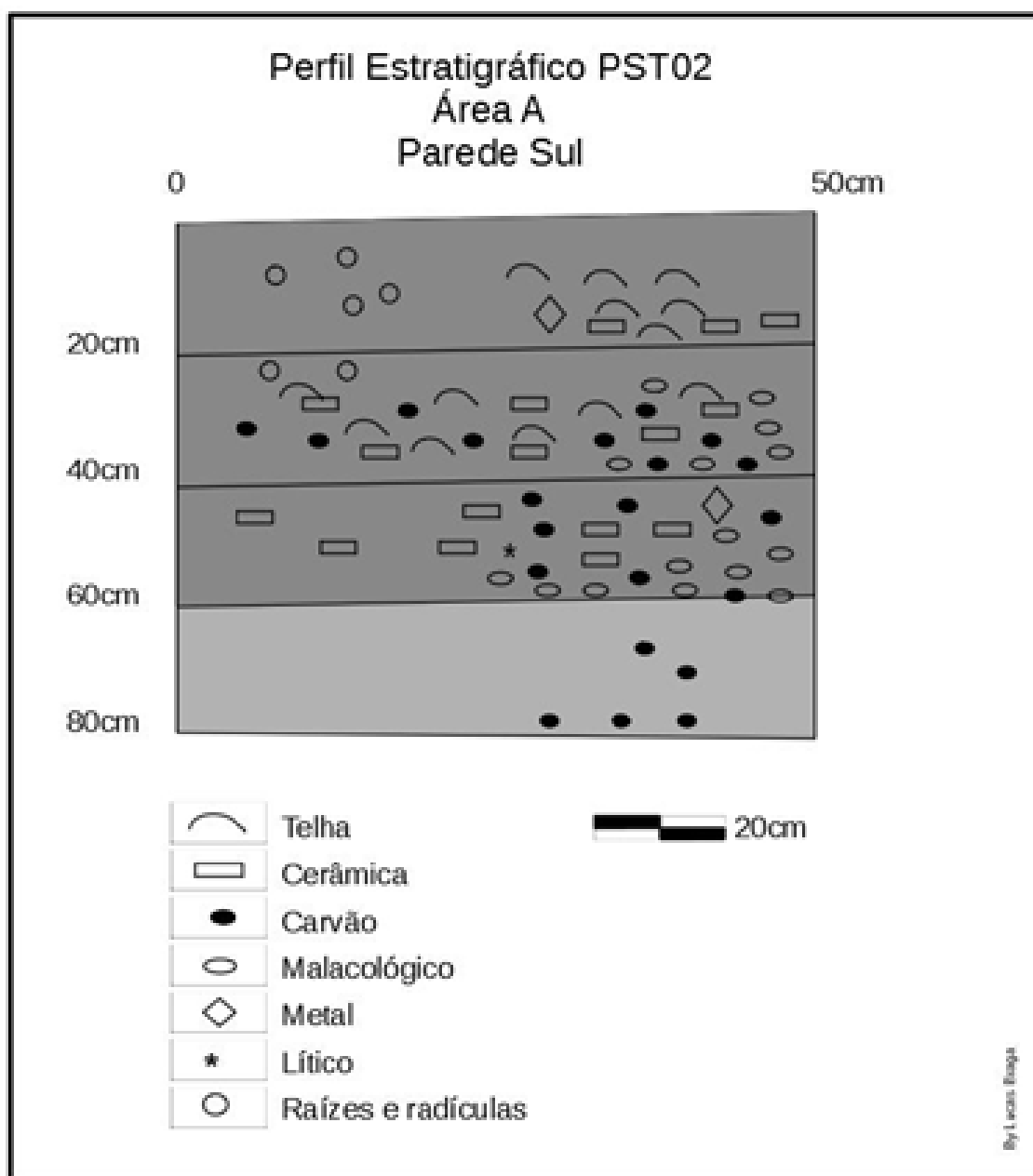


Figura 8. Perfil estratigráfico da sondagem ST02 - L8/L9 localizado em um declive junto à Clareira do Bivaque, Morro Cara de Cão. O solo areno-argiloso apresenta cor preta até a profundidade de 60cm, e cor cinza escuro até 80cm. Fonte: elaboração própria.

Buscando-se maior robustez para a cronologia da ocupação, foram realizadas datações radiocarbônicas em material malacológico (amostra Beta Analytic no. 545464) e em carvão (amostra Beta Analytic no. 545406), localizados entre 40 e 60 cm, as quais resultaram nas datas calibradas de 1484-1680 AD e 1482-1642 AD respectivamente. Embora não sejam definitivos para provar a hipótese de que a ocupação inicial da cidade se expandiu para o alto do morro, os resultados estão dentro do esperado e se alinham a esta perspectiva, uma vez que os intervalos obtidos inserem esta ocupação dentro de um horizonte cronológico próximo ao início do período colonial no Rio de Janeiro.

Novamente, é interessante notar que o material cerâmico com características Tupiguarani, assim como o material com características pós-contato, foram encontrados tanto na camada mais inferior quanto na mais superficial do sítio. Duas interpretações são possíveis para este fato: a) o sedimento (pacote arqueológico) esteve sujeito à movimentação devido à inclinação do terreno; b) toda a ocupação ocorreu em período pós-contato.

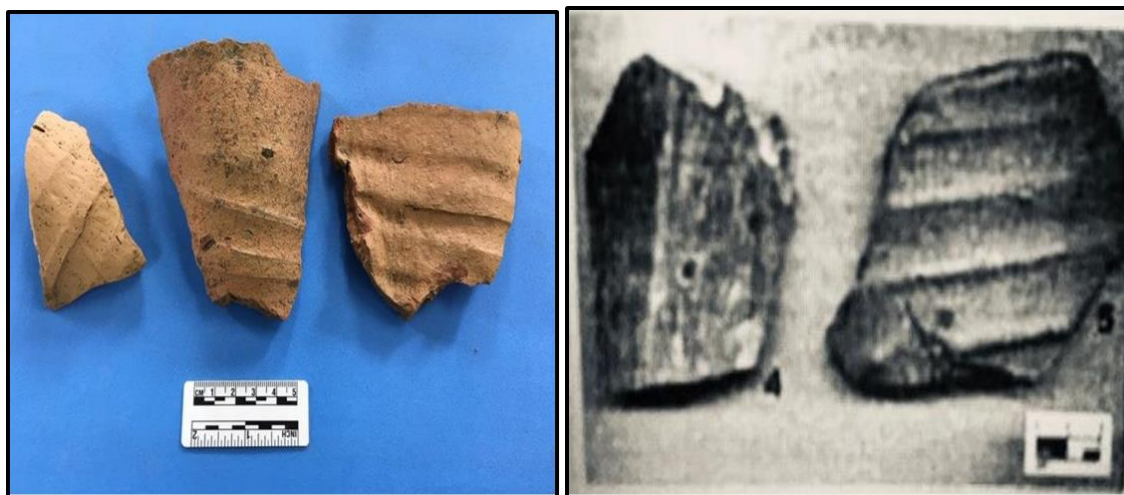


Figura 9. Fragmentos de telhas coloniais com marcas de dedos. À esquerda: Clareira do Bivaque, Morro Cara de Cão. À direita: Igreja da Sé de Salvador, BA. Fonte: acervo próprio e Carlos Costa (2005).

O MORRO CARA DE CÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As evidências materiais encontradas no alto do Morro Cara de Cão durante esta pesquisa pioneira começam a preencher as muitas lacunas históricas sobre o estabelecimento do primeiro núcleo colonial na cidade do Rio de Janeiro, ao sugerirem que a sua ocupação ocorreu simultaneamente à da várzea.

Ambas as áreas apresentam peculiaridades na sua ocupação, haja vista as evidências da presença contínua de distintos grupos socioculturais. Por aí circulavam povos tupis pré-coloniais, bem como, após contato, grupos Tupiguarani, mamelucos, uma primeira geração de descendentes de portugueses moradores de São Vicente, e portugueses vindos de diversas regiões de Portugal. Todos esses atores sociais constituíram o grupo pioneiro que fundou a cidade do Rio de Janeiro no século XVI. Trata-se, portanto, de um sítio com incontestável importância, que possibilita uma visão diacrônica da ocupação da região e que, ao que parece, é o sítio histórico mais antigo estudado até o momento, por onde circularam, e se instalaram, alguns dos fundadores da cidade.

A materialidade encontrada no alto do morro, mas principalmente o contexto da região, sugerem o estabelecimento de grupos nativos, conforme discutido abaixo. Quanto aos fundadores oficiais da cidade, os portugueses e seus descendentes, não foram encontradas evidências indiscutíveis de que tenham se estabelecido no alto do Morro Cara de Cão. No entanto, como lembrado por Shiffer (1996, p. 356), a principal falha nos argumentos inferenciais baseados em dados arqueológicos é a suposição, sempre implícita, de que a ausência de evidência é evidência de ausência. Indicar a ausência de um comportamento ou situação do passado a partir da ausência de um tipo de artefato é geralmente falacioso, uma vez que a ausência observada pode ser o

resultado de algum tipo de processo desconhecido. Atualmente é aceito que a variável mais relevante para a quantidade e variedade dos tipos de artefatos presentes em uma coleção é o tamanho da amostra. Assim, uma vez que algumas das áreas planas do morro estão encobertas por entulhos de edificações do século XIX e pela mata, estes poderiam estar encobrindo estruturas mais antigas. Novas escavações certamente poderão trazer luz a essa questão.

De qualquer modo, com base nas características da paisagem, acredita-se aqui que a ocupação do morro por parte dos colonizadores portugueses e seus descendentes seria muito perigosa, visto que estes, fora das cercas e dos muros da fortaleza construída entre a várzea e o sopé do morro no lado sul, estariam com a sua segurança reduzida. Por outro lado, foi verificado que o relevo do morro dificultaria a construção de um número elevado de habitações devido aos acentuados declives existentes, às poucas áreas planas e às ameaças de deslizamentos de encostas, que ainda hoje ocorrem no local.

Parte da materialidade encontrada no alto do morro indica que circulavam e utilizavam o morro, principalmente a área A, onde se encontram as clareiras e os platôs, grupos Tupinambá pré-coloniais. Essas áreas eram estratégicas para a defesa pois propiciavam uma boa visão dos arredores, em terra e no mar, o que pode evidenciar um contexto bastante belicoso (Prous, 2019). O material de contato encontrado na mesma área, por sua vez, indica que, posteriormente, também teriam se assentado grupos indígenas aliados dos portugueses que participaram da fundação da cidade do Rio de Janeiro, os quais certamente tiveram o interesse em utilizar esta paisagem para os mesmos fins, bem como, posteriormente e até a atualidade, os militares do exército.

Considerando-se os atributos do material cerâmico e aspectos históricos analisados, é possível inferir que grupos Temiminó ou Tupiniquim, e até mesmo mamelucos de São Vicente, poderiam ter sido os responsáveis pela ocupação do alto do morro durante a fundação da Cidade Velha.

Duas principais interpretações não excludentes podem ser discutidas para a instalação do contingente indígena nesta área: a) eles realizariam tanto atividades de proteção do núcleo urbano, vigiando possíveis ataques inimigos através da Baía de Guanabara, quanto atividades de subsistência, vigiando a entrada de cardumes na mesma baía e caçando e coletando nas matas do morro; e b) representaria uma segregação desses grupos em relação aos colonizadores, indicando a existência de uma hierarquia social bem definida, haja vista que, dificilmente, os nativos teriam se instalado na várzea em casas lado a lado com os portugueses, em espaço tão restrito.

Em relação ao segundo argumento, é possível que o registro de Anchieta (1988, p. 263) indique a separação da área ocupada pelos nativos ao descrever especificamente a construção de suas casas: “... e os índios e mamelucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é grande defesa contra o fogo” (Anchieta, 1988, p. 263). Ressalta-se aqui que a referência às telhas se alinha à materialidade encontrada no alto do morro. Sobre as vivendas dos colonizadores, ao contrário, não há qualquer comentário. Seria um indício de que se instalaram dentro da fortaleza, buscando proteção contra os inimigos Tupinambás e franceses?

Essa discussão ganha robustez diante da descrição de Omegna (1971) sobre as vilas coloniais:

Por pequenas que fossem as vilas coloniais por muito rala que parecesse a tessitura da sua estratificação social, desde cedo vai se verificando o surgimento das áreas naturais destinadas a raças, classes, a ofícios e a atividades diferentes. A parte que o muro define e giza, se reserva às pessoas mais categorizadas. As

classes de mais prestígio moram na parte defendida e policiada. Veda-se aos índios residirem ali (Omegna, 1971, pp. 18-21).

A segregação entre nativos e europeus fica clara durante a etapa seguinte do processo de fundação e povoamento da cidade. Apesar de serem considerados peças indispensáveis na conquista da Baía de Guanabara, os Temiminós, após a mudança da Cidade Velha, instalaram suas aldeias longe da área urbana - no alto do Morro do Castelo ou mesmo a praia da baixada. Instalaram-se entre o Saco de São Diogo e São Cristóvão, e posteriormente, após tomarem posse das terras concedidas através de carta de sesmária, ocuparam o outro lado da baía, em São Lourenço.

Este contexto, assim como tantos outros, demonstram que os estudos da paisagem são ferramentas úteis para as discussões das relações materiais de poder no âmbito da arqueologia histórica, como colocado por Branton (2009, p. 52). O poder é refletido na paisagem tanto por meio do acesso diferencial a recursos, quanto da manipulação do ambiente construído para reproduzir e naturalizar a existência de ideologias entre a classe dominante. Porém, a manipulação do espaço não é uma ferramenta exclusiva desses grupos. Pesquisas já demonstraram que manipulações do espaço e do ambiente também podem ser utilizadas por grupos subalternos como estratégia de resistência, quando são criados espaços privados onde suas atividades acontecem sem a interferência e opressão das classes dominantes.

Assim, a instalação das vivendas dos grupos nativos que participaram da fundação da cidade do Rio de Janeiro, no alto do morro Cara de Cão, pode ter ocorrido por opção própria, representando um gesto de resistência e independência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa arqueológica histórica em sítio multicomponencial, fundamentada em resultados de tradagens e em fontes primárias escassas, e realizada em uma área jamais estudada anteriormente, como o Morro Cara de Cão, certamente apresenta limitações. No entanto, apesar do seu aspecto exploratório, foi possível avançar sobre o conhecimento referente à fundação da Cidade Velha, colocando em evidência o protagonismo da paisagem neste processo. Foi revelada a importância do morro, até então desprezado pela historiografia, enquanto parte de um ambiente que seria dominado e que deveria atuar enquanto aliado de um grupo de pioneiros. É certo que a escolha da pequena várzea para o estabelecimento inicial da cidade considerou as possibilidades de sucesso no que se refere à sobrevivência contra os ataques dos ferozes inimigos e à subsistência.

Nesse ponto, uma importante contribuição desta pesquisa foi a localização de antigas e esquecidas fontes de água potável no Morro Cara de Cão, as quais tiveram um papel fundamental tanto na fundação da cidade, quanto na edificação dos fortes e estabelecimento dos militares nos séculos seguintes. Foi possível esclarecer, também, outra questão que permaneceu em aberto durante décadas na historiografia brasileira: que a várzea ocupada pelos pioneiros não era uma ilha.

É correto afirmar que, nesse cenário de muitas demandas e poucos recursos para satisfazê-las, o morro cumpriu o seu papel econômico, social, e talvez, simbólico. Convém ressaltar a impossibilidade de se avançar sobre muitos aspectos que teriam permeado as relações entre os nativos e o morro, antes e após o contato. Se

por um lado aspectos geográficos nos ajudam a entender o seu papel no processo de formação de um assentamento, a Cidade Velha, por outro, apenas nos oferece um leque de possibilidades relacionadas a aspectos simbólicos. Esses grupos teriam algum sentimento de alteridade em relação a esta paisagem? Ela seria admirada pela sua estética, pela sua beleza natural, tão decantada pelos viajantes dos séculos passados quanto por nós mesmos na atualidade? As narrativas enviesadas das classes dominantes da época, com as quais contamos nas pesquisas históricas, dificilmente nos ajudam a responder essas questões. Cabe a nós a árdua tarefa de buscá-las no registro arqueológico.

Neste ponto vale ressaltar que esta pesquisa coloca também em evidência o protagonismo dos grupos indígenas aliados aos portugueses e vicentinos no processo de fundação da Cidade Velha. Por décadas, a historiografia vem deliberadamente deixando-os de lado, desconsiderando as particularidades da sua existência e dos seus fazeres, atuando como pioneiros na interação com aquela paisagem e na construção de uma nova sociedade, tanto quanto os colonizadores europeus.

Finalmente, é possível inferir que desde o seu nascimento o Rio de Janeiro apresentou configurações pautadas na hierarquia social, nas desigualdades na distribuição de terras e na segregação dos atores sociais subalternizados, tudo isto envolvido num ambiente histórico de violência física e moral. Os sistemas econômicos e socioculturais posteriores não buscaram minimizar essas distorções, o que explica, em parte, a estrutura socioeconômica e cultural dessa metrópole nos dias de hoje.

Cabe a nós, arqueólogos, portanto, resgatar e dividir essa história com todos os cariocas, fluminenses, brasileiros, e mesmo estrangeiros, que tanto apreciam as belezas naturais e a cultura dessa intrigante cidade. É preciso conhecer a sua longa trajetória para, além de apreciá-la, poder entendê-la. Cabe a nós, também, através desse e de outros diálogos com o passado, mostrar que um lugar nascido em berço tão esplêndido, por mãos de gentes tão destemidas, resilientes e diferentes, só poderia mesmo resultar no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- Anchieta, J. de (1988). *Cartas Jesuíticas 3 – Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- Backheuser, E. (1918). *A faixa litorânea do Brasil Meridional hoje e ontem*. Rio de Janeiro: Besnard Frères.
- Barker, P. (2013). *Techniques of archaeological excavation*. New York: Routledge.
- Beltrão, M. C., & Neme, S. (1993). Tupinambás, Franceses e Portugueses no Rio de Janeiro durante o século XVI. *Revista de Arqueologia*, 7, 133-151.
- Bicho, N. F. (2012). *Manual de arqueologia Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70.
- Boado, F. C. (1999). *Del terreno al espacio: plantamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje*. Capa-criterios e convenciones em arqueologia del paisaje, vol. 6. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Branton, N. (2009). Landscape approaches in historical archaeology: the archaeology of places. Em Gaimster, D., & Majewski, T. (eds.). *International handbook of historical archaeology* (pp. 51-65). New York: Springer Science + Business Media.
- Canin, I. (1624). *Livro de viagem pelo rico Brasil Rio de la Plata e Magallanes mostrando a localização de suas terras e cidades, seu comércio, e costumes, com os frutos e a fertilidade delas; Tudo representado com placas de cobre. Também, a ultima viagem do Senhor de Dort, com a conquista da Baía de Todos os Santos*. Compilado por N.G. Amsterdam.

- Cardim, F. (2009). *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Editora Hedra.
- Castro, J. W. A., Suguio, K., Seoane, J. C. S., Cunha, A. M. Da, & Dias, F. F. (2014). Sea -level fluctuations and coastal evolution in the state of Rio de Janeiro, southeastern Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciencias*, 56(3), 671-683.
- Costa, C. A. S. (2005). Materiais Construtivos do sítio da primeira catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. *Clio Arqueológica*, 19(2), 43-78.
- De Los Rios, A. M. F. (2000). *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Freire, N. S. (2015). *A história dos 24 anos do Resort Tororomba*. São Paulo: All Print Editora.
- Gândavo, P. de M. (2004). *A primeira história do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Macedo, R. (1967). *Cidade do Rio de Janeiro- Fundação e Primeiros Governadores – 1565-1783 (Depoimentos e Documentos)*. Rio de Janeiro: DASP.
- Omegna, N. (1971). *A cidade Colonial*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, EBRASA.
- Prous, A. (2019). *Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Archeo; Carlini & Caniato.
- Saldanha, J. D. de M. (2005). *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do Sul do Brasil*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Vicente, do S. F. (2018). *História do Brasil*. Curitiba: Juruá editora.
- Schiffer, M. B. (1996). *Formation processes of the archaeological record*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- Simões, A. E. M. (2020). *História esquecida do Rio de Janeiro: as gentes e a paisagem no processo de ocupação da Cidade Velha e do morro Cara de Cão*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- Souza, G. S. de (1938). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.
- Suguio, K., Martin, L., Bittencourt, A. C. S. P., Dominguez, J. M. L., Flexor, J. M., & Azevedo, A. E. G. de (1985). Flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário Superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira. *Revista Brasileira de Geociências*, 15(4), 273-286.
- Vasconcelos, S. de (1977). *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes.